



BALANÇO DOS 100 DIAS

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
JAIR MESSIAS BOLSONARO

MINISTRO DE MINAS E ENERGIA
BENTO ALBUQUERQUE

SECRETÁRIA-EXECUTIVA
MARISETE PEREIRA

SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO
BRUNO EUSTÁQUIO DE CARVALHO

SECRETÁRIO DE ENERGIA ELÉTRICA
RICARDO CYRINO

SECRETÁRIO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
MARCIO FELIX

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO
REIVE BARROS

SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL
ALEXANDRE VIDIGAL

DIRETOR DE PROGRAMA
FRANCISCO SILVA

PRODUÇÃO E ARTE

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ASSESSOR ESPECIAL
CESAR BORGES

CHEFE DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
LAYSE LACERDA

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO
GABRIELA VISCONTI

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO
NISE QUINTAS

ABRIL/2019

SUMÁRIO

1 INSTITUCIONAL

GRANDES NÚMEROS DA AGENDA
ARRANJO INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA
ENTIDADES VINCULADAS
AÇÕES ESTRUTURANTES

2 META DOS 100 DIAS

VIABILIZAR O LEILÃO DO EXCEDENTE DA CESSÃO ONEROSA

3 ENERGIA ELÉTRICA

SOLUCIONAR RISCO HIDROLÓGICO - GSF
CAPITALIZAR A ELETROBRAS
NEGOCIAR ANEXO C - ITAIPU
VIABILIZAR ANGRA 3
VIABILIZAR SOLUÇÃO DEFINITIVA PARA RORAIMA
MODERNIZAR O SETOR ELÉTRICO

4 PETRÓLEO E GÁS

PROMOVER "NOVO MERCADO DE GÁS"
IMPULSIONAR O RENOVABIO
MELHORAR A FINANCIABILIDADE DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA
CONCLUIR ACORDO DO PARQUE DAS BALEIAS

5 MINERAÇÃO

MELHORAR ATRATIVIDADE DA MINERAÇÃO
REVISITAR SEGURANÇA DE BARRAGENS
INVESTIGAR INSTABILIDADE: BAIRRO DO PINHEIRO, MACEIÓ-AL
DESBUROCRATIZAR SETOR MINERAL
PROMOVER SUSTENTABILIDADE DO SETOR MINERAL

6 CARTEIRA DE PROJETOS

CALENDARIZAR OS LEILÕES

GRANDES NÚMEROS DA AGENDA

R\$ 1,4 trilhão

em petróleo, gás e
biocombustíveis

Até
2027

R\$ 400 bilhões

em energia elétrica

R\$ 80 bilhões

em mineração até 2022

Em 2018, o MME
representou mais
de 1/3 das receitas
do Governo Federal*

*Arrecadação do Governo Federal,
exceto da Receita Federal

(Fonte: EPE, PDE 2018 e MME/STN)

ARRANJO INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA



Governança



Estabilidade Regulatória e Jurídica



Previsibilidade

Ministro de Minas e Energia

Secretaria Executiva

Secretaria de Energia Elétrica

Secretaria de Planejamento e
Desenvolvimento Energético

Secretaria de Petróleo, Gás
Natural e Biocombustíveis

Secretaria de Geologia, Mineração
e Transformação Mineral

Gabinete do Ministro

ENTIDADES VINCULADAS

- Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)
- Agência Nacional de Mineração (ANM)
- Eletrobras
- Petrobras
- Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
- Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA)
- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)
- Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep)
- Indústrias Nucleares do Brasil (INB)

AÇÕES ESTRUTURANTES

- Nomear comissionados ✓
- Conhecer e avaliar o modelo de governança ✓
- Reunir com comissionados e demais *stakeholders* ✓
- Elaborar plano de governo e mensagem presidencial ✓
- Identificar propostas prioritárias: Executivo e Congresso Nacional (PL 10.985/18, MPV 855/18 e PL 6407/13) ✓
- Revisar modelo de governança ✓
- Conhecer pauta legislativa ✓
- Enviar atos normativos prioritários ✓
- Avaliar atos do TCU ✓



META DOS 100 DIAS

VIABILIZAR O LEILÃO DO EXCEDENTE DA CESSÃO ONEROSA

O QUE É?

Contrato celebrado entre União e Petrobras para fins de exploração e produção de até 5 bilhões de barris. Trata-se de ativo premium (qualidade e produtividade). Principais objetivos: (i) impulsionar a política de petróleo e gás, (ii) garantir a previsibilidade dos leilões plurianuais, (iii) integrar o gás do pré-sal à matriz energética e (iv) garantir maior arrecadação para a União (estimativas de até R\$ 1 trilhão)

COMO ESTAMOS E PRÓXIMA ETAPA?

- Diretrizes para o leilão aprovadas conforme resolução CNPE nº2/2019
- Fechada a negociação da revisão do contrato no valor de US\$ 9,058 bi. Foram realizadas 150 reuniões que resultaram em 90 atas e mais de 30 servidores envolvidos no processo
- Aprovada Resolução CNPE que trata da minuta do termo aditivo ao contrato da Cessão Onerosa
- Aprovados os parâmetros técnicos e econômicos do Leilão do Excedente da Cessão Onerosa
- Realizar o leilão em outubro/2019

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Condições prévias para viabilização do Leilão do Excedente da Cessão Onerosa concluídas



ENERGIA ELÉTRICA

SOLUCIONAR RISCO HIDROLÓGICO GSF

O QUE É?

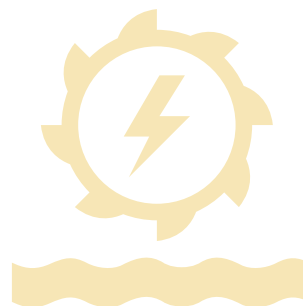
Solucionar judicialização do mercado elétrico (passivo de R\$ 7 bi), por meio da correção de distorções causadas ao gerador hidrelétrico em função de um longo período de escassez hídrica, tais como (i) atraso de linhas de transmissão, (ii) prazo de implantação de projetos (UHE Belo Monte) e (iii) geração térmica fora da ordem de mérito

COMO ESTAMOS?

- Aguardando aprovação do PL nº 10.985/2018
- Avaliando outras alternativas de encaminhamento do assunto

RESULTADOS ESPERADOS

- Aprovar PL nº 10.985/2018
- Solucionar a questão do GSF sem gerar ônus para a sociedade
- Rever as garantias físicas das usinas do sistema



CAPITALIZAR A ELETROBRAS

O QUE É?

Recuperar a capacidade de investimento da companhia e reinseri-la como empresa relevante na expansão do setor elétrico, sem a utilização de recursos da União

COMO ESTAMOS?

- Estão em andamento tratativas para reavaliar o modelo com o Ministério da Economia (ME), o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- Estão em avaliação prazos e etapas para a realização do processo de capitalização ainda em 2019

RESULTADOS ESPERADOS

- Reposicionar a empresa no setor elétrico

NEGOCIAR ANEXO C - ITAIPU

O QUE É?

O Brasil precisará renegociar com o Paraguai as bases financeiras do tratado de Itaipu (Anexo C), que afetam o preço a que essa energia é comercializada no país (vencimento em Fev/2023)

COMO ESTAMOS?

Foi criado GT para o desenvolvimento de plano de trabalho sobre o assunto. Os principais pontos de análise são:

- Finalizando o plano de trabalho com detalhamento de todas as etapas e prazos para definição das bases para negociação
- Quantidade de energia gerada por Itaipu com a qual o país poderá contar

RESULTADOS ESPERADOS

- Definir melhor forma de comercialização e precificação da energia
- Avaliar antecipadamente a necessidade de contratação de nova geração



VIABILIZAR ANGRA 3

O QUE É?

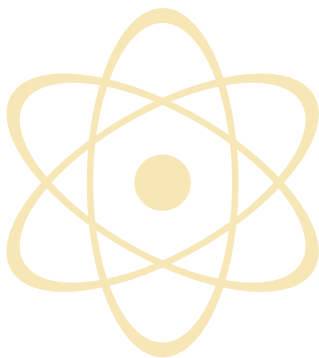
Estudar condições para viabilizar Angra 3 e seus 1,405 GW de potência instalada, proporcionando segurança energética ao sistema elétrico e reduzindo o acionamento de térmicas de maior custo

COMO ESTAMOS?

- Foi encaminhada proposta de enquadramento de Angra 3 como projeto prioritário, estrutura de governança e próximas etapas do processo para o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) – instrução processual foi concluída. É aguardado o agendamento de reunião pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI)
- Foram enviados convites para *market sounding* em 04/04/19

RESULTADOS ESPERADOS

- Realizar *market sounding* até o final de abril de 2019, com potenciais interessados a entrar no projeto como parceiros privados
- Definir modelo para entrada do parceiro
- Garantir a tempestividade da adoção das medidas requeridas para viabilizar e concluir a obra até janeiro de 2026



VIABILIZAR SOLUÇÃO DEFINITIVA PARA RORAIMA

O QUE É?

O sistema elétrico de Boa Vista/RR é isolado do Sistema Interligado Nacional (SIN). Desde 07/03/2019, a Venezuela tem dificuldade de cumprir contrato de fornecimento de energia. O atendimento está sendo feito exclusivamente por geração térmica local a óleo diesel (216,5 MW). Os custos extras serão reembolsados pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

COMO ESTAMOS?

- Garantia de Suprimento: Plano Emergencial - reposição do combustível/estoque; articulação com o Ministério da Justiça (MJ), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para garantir fluxo de caminhões na terra indígena; deliberação do Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE) para a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) garantir reembolso célere da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) aliviando fluxo de caixa da Distribuidora Roraima Energia
- Leilão de Roraima: definição do preço teto e divulgação do edital pela ANEEL (até 23/04) e parametrização do leilão (até 24/05)
- Interligação Manaus - Boa Vista: articulação para inclusão do projeto estratégico de Defesa Nacional (Ministério da Defesa); reequilíbrio econômico financeiro (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL); promover o licenciamento (Casa Civil, Ministério da Justiça - MJ, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA)

RESULTADOS ESPERADOS

- Suprimento Termelétrico: garantir a disponibilidade de combustíveis para geração termelétrica
- Leilão de Roraima: contratar energias renováveis e soluções híbridas em 31/05/2019 para a entrega da energia em 2021
- Interligação Manaus - Boa Vista: obter licença de instalação até julho/2019 para conclusão em 2021

MODERNIZAR O SETOR ELÉTRICO

O QUE É?

Busca por aprimoramentos ao setor elétrico com sustentabilidade e segurança jurídica e regulatória, a fim de garantir o suprimento de energia do país, impulsionar o crescimento econômico nacional, promover competitividade, alocar riscos e custos de maneira equilibrada, inserir novas tecnologias, dar mais liberdade aos consumidores de energia elétrica e universalizar os serviços de energia elétrica

COMO ESTAMOS?

- Consulta Pública MME nº 33, PLS 232/16 e PL 1.917/15: avaliando conteúdo e consolidando entendimentos sobre a modernização do setor elétrico (missão, visão, valores e objetivos)
- Comunicação com o setor: foram realizadas 28 reuniões com associações e institutos dos segmentos de geração, transmissão, distribuição, comercialização, indústria e consumo. Os dados recebidos foram agrupados em temas (ambiente de mercado, expansão do Setor Elétrico Brasileiro (SEB), formação de preços, encargos e subsídios, Mecanismo de Realocação de Energia, alocação de custos e riscos, novas tecnologias e sustentabilidade dos serviços de distribuição)
- Criação de Grupo de Trabalho (GT): instituído GT para desenvolver propostas de modernização do setor elétrico por meio da Portaria MME nº 187/2019. O GT terá 180 dias para apresentar ao Ministro de Estado de Minas de Energia relatório final contendo plano de ação e, se couber, proposta de atos normativos

RESULTADOS ESPERADOS

- Apresentar proposta de modernização do setor elétrico





PETRÓLEO E GÁS

PROMOVER “NOVO MERCADO DE GÁS”

O QUE É?

Programa coordenado pelo MME e desenvolvido em conjunto com o Ministério da Economia (ME), Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para a formação de um mercado de gás natural aberto, dinâmico e competitivo. O programa está fundamentado em 4 pilares: (i) promoção da concorrência, (ii) harmonização e aperfeiçoamento da regulação da distribuição, (iii) integração com o setor elétrico e com o setor industrial e (iv) eliminação de barreiras tributárias

COMO ESTAMOS?

- A ANP publicou o pré-edital da chamada pública para a contratação de capacidade de transporte do Gasbol
- Foram iniciadas as tratativas com a EPE para formação do novo plano indicativo de expansão da malha de gasodutos
- Estão sendo intensificadas as discussões para o desenvolvimento sinérgico do setor de gás (Pré-Sal) com o de energia elétrica

RESULTADOS ESPERADOS

- Viabilizar o aproveitamento do gás natural do Pré-Sal
- Aumentar a competição com consequente redução do preço do gás
- Reduzir preço da energia
- Atrair investimentos na cadeia (gasodutos *onshore* e *offshore*)
- Ampliar integração entre setor de gás natural e energia elétrica

RESULTADOS ALCANÇADOS

- CNPE aprovou a resolução que institui o Comitê de Promoção da Concorrência do Mercado de Gás Natural

IMPULSIONAR O RENOVABIO

O QUE É?

Programa do Governo Federal, instituído pela Lei nº 13.576/17 que utiliza instrumentos de mercado visando expandir a produção de biocombustíveis no Brasil baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e social, e em compatibilidade com o crescimento esperado da economia nos próximos dez anos

COMO ESTAMOS?

- Duas firmas inspetoras estão certificadas e credenciadas pela ANP (DOU 11/01/2019 e DOU 25/01/2019)
- Aberta consulta pública para resolução da ANP para desdobramento das metas individuais (DOU 01/03/2019)
- Realização de reuniões do Comitê RenovaBio e consulta pública para atender aos prazos legais

RESULTADOS ESPERADOS

- Colocar o programa em operação plena
- Atingir metas e créditos de descarbonização

MELHORAR A FINANCIABILIDADE DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

O QUE É?

Melhorar a financiabilidade de projetos de infraestrutura para produção, armazenagem e movimentação de combustíveis derivados de petróleo e de biocombustíveis

COMO ESTAMOS?

- MME desenvolve minuta de portaria que trata da isenção de PIS/COFINS para implantação de projetos de infraestrutura por meio do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)
- Está em fase final de elaboração a portaria que trata da captação de recursos no mercado de capitais, visando o financiamento de projetos em infraestrutura (debêntures, fundos de investimentos e créditos recebíveis), recebeu parecer favorável da Consultoria Jurídica do MME (CONJUR/MME) e encontra-se para assinatura

RESULTADOS ESPERADOS

- Aumentar a captação de empreendimentos de infraestrutura para o setor de combustíveis

CONCLUIR ACORDO DO PARQUE DAS BALEIAS

O QUE É?

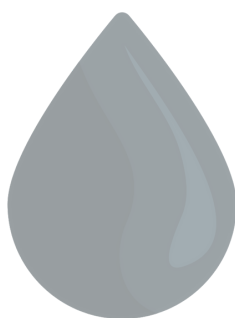
Unificação dos campos de petróleo e gás no Parque das Baleias. O novo contorno do Campo de Jubarte – que passou a ser denominado Novo Campo de Jubarte – é formado pelas áreas de Jubarte, Baleia Azul, Baleia Franca, partes de Cachalote e Pirambu, além de pequenas parcelas, devido a ajustes locais, de Caxaréu e Mangangá

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Encerramento de um processo que durou mais de cinco anos
- Acordos envolvendo grandes volumes financeiros – R\$ 3,5 Bilhões (diferença de participação especial para o período em que perdurou a divergência) e R\$ 19 Bilhões adicionais (vida útil do contrato estabelecido)

RESULTADOS ESPERADOS

- Novos investimentos advindos de eventual prorrogação da fase de produção do Novo Campo de Jubarte
- O acordo se reverte em proveito de toda a sociedade, por meio da distribuição destes recursos entre União, estado e municípios, contribuindo para a redução de desigualdades





MINERAÇÃO

MELHORAR ATRATIVIDADE DA MINERAÇÃO

O QUE É?

Consiste na concretização do novo arranjo que observe: redução da burocracia do setor, com adoção de boas práticas e de recursos de gestão; regulamentação das alterações promovidas na lei que trata da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)

COMO ESTAMOS?

- Expedição, pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), do MME, de atos de supervisão ministerial junto à ANM, observada a sua autonomia enquanto agência reguladora, objetivando ampliar a interação institucional entre as partes
- Duas resoluções da ANM – Recursos e Reservas e Lavra Garimpeira – foram submetidas à consulta pública e estão em fase de finalização para publicação; uma resolução – Disponibilidade de Áreas – está em consulta pública; e uma resolução – Fechamento de Mina – está editada e será submetida à consulta pública

RESULTADOS ESPERADOS

- Concretizar ambiente de segurança jurídica e credibilidade institucional ao investidor
- Ampliar a atratividade da indústria mineral brasileira ao capital privado
- Propiciar novas descobertas e abertura de novos empreendimentos
- Publicada Resolução nº 1 (21/01/2019) – flexibilização no sigilo dos processos minerários

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Publicada Resolução nº 1 (21/01/2019) – flexibilização no sigilo dos processos minerários

REVISITAR SEGURANÇA DE BARRAGENS

O QUE É?

Publicação de portarias determinando à ANM apurações sobre a conformidade de procedimentos por parte dos empreendedores, bem como a instauração de processo investigativo sobre o rompimento da barragem B1, da Mina do Córrego do Feijão. Foram também publicadas portarias determinando à SGM a abertura de processos administrativos relativos às barragens de rejeitos de mineração

COMO ESTAMOS?

- A SGM tem dado cumprimento às portarias pela realização da abertura de processos administrativos na unidade e pelo acompanhamento das determinações que se aplicam à ANM
- Participação no Comitê que trata da revisão da lei de Segurança de Barragens, sob a coordenação da Casa Civil
- Articulação para o reforço da estrutura de pessoal da ANM responsável pela fiscalização de barragens
- Reuniões com autoridades locais, para avaliação das medidas possíveis no âmbito das competências do MME
- Reuniões com especialistas da academia para apoio técnico nas questões de fiscalização / monitoramento de barragens de mineração

RESULTADOS ESPERADOS

- Contribuir para a identificação das causas que levaram ao rompimento da barragem B1, da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho-MG
- Contribuir, junto ao Legislativo, para o aprimoramento das leis que tratam de segurança de barragens

RESULTADOS ALCANÇADOS

- 24 novos servidores foram transferidos para a ANM, mais 11 servidores estão em processo de movimentação e 32 servidores realizaram curso de fiscalização de barragens em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)



INVESTIGAR INSTABILIDADE: BAIRRO DO PINHEIRO, MACEIÓ-AL

O QUE É?

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM), em conjunto com outros órgãos, tem atuado no sentido de investigar e caracterizar o processo causador de um fenômeno de instabilidade geológica que atinge o bairro do Pinheiro, em Maceió, provocando fissuras e afundamentos no terreno, com impacto na estrutura das residências. Embora os estudos ainda não sejam conclusivos, os levantamentos realizados têm subsidiado a Defesa Civil municipal em sua atuação

COMO ESTAMOS?

- Parte dos levantamentos geológicos realizados pela CPRM, conforme cronograma, já foram concluídos
- Os resultados preliminares permitiram subsidiar a Defesa Civil municipal para fins de emissão de alertas e evacuações no bairro
- Há ainda estudos em execução e dados a serem tratados. Análise dos dados propiciará a identificação das causas do fenômeno

RESULTADOS ESPERADOS / ALCANÇADOS

- Subsidiar a Defesa Civil municipal na sua atuação, fornecendo informações para a adoção de medidas em benefício da população
- Contribuir para a identificação das causas do fenômeno, de modo que os órgãos responsáveis definam as medidas a serem adotadas para solucionar o caso



DESBUROCRATIZAR SETOR MINERAL

O QUE É?

Desenvolver programa de gestão de títulos minerários na SGM, com objetivo de desenvolver um projeto junto à área de Tecnologia da Informação (TI) do MME com vistas a gerenciar toda a tramitação dos processos no Ministério, bem como extrair dados técnico econômicos dos projetos de empreendimentos de mineração. Criar sistema online de credenciamento de mineradores junto à ANM, para compor um banco de dados visando agilização e aprimoramento da gestão dos processos e empreendedores. Criar um sistema online de outorga de alvará de pesquisa em substituição ao processo atual que tramita ainda sob a forma de papel

COMO ESTAMOS?

- Programa de gestão de títulos minerários, uma versão beta, com perspectiva de finalização em abril, para validação pela SGM
- Sistema de credenciamento de mineradores em teste de validação e ajuste na ANM
- Sistema de alvará de pesquisa em teste de validação e ajustes na ANM

RESULTADOS ESPERADOS / ALCANÇADOS

- Integrar toda a gestão dos títulos minerários, cuja outorga de lavra é de competência da SGM
- Modernizar, agilizar e simplificar os procedimentos de outorga para a pesquisa mineral através de sistemas de gerenciamento eletrônico de documentos da ANM
- Concretizar um ambiente de agilidade e transparência para maior credibilidade institucional ao minerador



PROMOVER SUSTENTABILIDADE DO SETOR MINERAL

O QUE É?

Desenvolver ações que tratem:

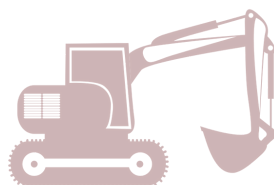
- Perfil Socioeconômico de áreas potenciais para a mineração: abordagem de aspectos sociais, econômicos, ambientais e territoriais de áreas potenciais para a mineração. Há, hoje, projeto piloto, em desenvolvimento, na região do Tapajós, localizada no sudoeste do estado do Pará, onde se insere a Província Mineral do Tapajós (PMT)
- Programa “Mapeando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Mineração Brasileira”: programa que visa promover a divulgação e a internalização dos ODS pelo setor mineral
- Diálogo sobre o setor extrativo e o desenvolvimento sustentável: seminário com o objetivo de fortalecer a cooperação público, privada e comunitária

COMO ESTAMOS?

- Perfil Socioeconômico de Áreas Potenciais para a Mineração – documento em etapa de finalização a ser disponibilizado no site do MME
- Programa “Mapeando os ODS na Mineração Brasileira: 2ª fase” – repositório das informações do programa em etapa de construção
- II Diálogo sobre o setor extrativo e o desenvolvimento sustentável – em discussões com parceiros para realização do evento

RESULTADOS ALCANÇADOS

- Publicada Resolução ANM nº 6 (03/04/2019) – destinação de recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) para municípios impactados pela atividade de mineração



CALENDARIZAR OS LEILÕES

A-1 E A-2 - ENERGIA EXISTENTE
A-4 E A-6 - ENERGIA NOVA

ENERGIA ELÉTRICA	A-4 27/6	2019	A-1 E A-2 6/12
	A-6 26/9		TRANSMISSÃO 19/12
	A-4 23/4	2020	TRANSMISSÃO JUNHO
	A-6 24/9		A-1 E A-2 4/12
			TRANSMISSÃO DEZEMBRO
	A-4 29/4	2021	TRANSMISSÃO JUNHO
	A-6 30/9		A-1 E A-2 3/12
			TRANSMISSÃO DEZEMBRO
PETRÓLEO E GÁS	2ª ONDA OFERTA PERMANENTE - 1º SEMESTRE	2019	CESSÃO ONEROSA - 28/10
	6ª RODADA DE PARTILHA DA PRODUÇÃO DO PRÉ-SAL - 01/11		16ª RODADA DE CONCESSÕES DE PETRÓLEO E GÁS - 2º SEMESTRE
	7ª RODADA DE PARTILHA DE PRODUÇÃO DO PRÉ-SAL	2020	17ª RODADA DE CONCESSÕES DE PETRÓLEO E GÁS
	8ª RODADA DE PARTILHA DE PRODUÇÃO DO PRÉ-SAL	2021	18ª RODADA DE CONCESSÕES DE PETRÓLEO E GÁS
MINERAÇÃO	1ª OFERTA DE ÁREAS DA ANM - JUNHO 19	2019	LEILÃO DE ÁREAS PROJETO PILOTO PALMEIRÓPOLIS (TO) - 2º SEMESTRE 19

CONSIDERAÇÕES

Este relatório executivo apresenta grandes números que fazem parte da agenda do Ministério de Minas e Energia (MME), com ênfase nos investimentos previstos no horizonte decenal, que chegam a R\$ 1,9 Trilhão, e considerando a atual relevância do MME, cuja receita anual, em 2018, representou mais de 1/3 (um terço) das receitas do Governo Federal (exceto arrecadação da Receita Federal).

Os montantes financeiros apresentados indicam a grandeza dos desafios que deverão ser superados pelo Governo, nos setores abarcados pelo MME. Tal superação tem como base um arranjo institucional que prioriza a governança, a estabilidade regulatória e jurídica e a previsibilidade.

As ações prioritárias do MME serão acompanhadas ao longo deste ano e foram divididas entre as áreas de Petróleo, Gás e Biocombustíveis; Energia Elétrica; Geologia, Mineração e Produção Mineral e Planejamento e Desenvolvimento Energético. Destaque para o atingimento, com êxito, da meta “Viabilizar o Leilão do Excedente da Cessão Onerosa”, que também faz parte das Metas dos 100 dias do Governo Federal.

